

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À **PROPORÇÃO QUE**"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

NA MEDIDA
EM QUE

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: "UMA VEZ QUE"
"VISTO QUE", "JÁ QUE", DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE (PERGUNTA)

👉 EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO",
"PELA QUAL", "PELOS QUAIS"

EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?

EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE

POR QUÊ (FIM DE FRASE)

👉 É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO
FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS

EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?

EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?

PORQUE (RESPOSTA)

👉 CORRESPONDE A UMA **EXPLICAÇÃO** OU UMA **CAUSA**
(POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)

EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO

EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR

PORQUÊ (SUBSTANTIVO)

👉 EQUIVALE A UM **SUBSTANTIVO** (É ANTECEDIDO DE UM
DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"

EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA

EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

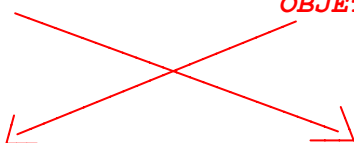
CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO
SUJEITO OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR
SUJEITO PACIENTE (SER + PARTICÍPIO) AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE : SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE : SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA

(RITO COMUM)

CONCORRÊNCIA

MODALIDADE PARA CONTRATAÇÃO

DE BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

DE OBRAS

SERVIÇOS COMUNS E
ESPECIAIS DE ENGENHARIA

 OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
ADMITEM O PREGÃO OU A CONCORRÊNCIA

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

✓ MENOR PREÇO;
✓ MELHOR TÉCNICA OU
CONTEÚDO ARTÍSTICO;
✓ TÉCNICA E PREÇO;
✓ MAIOR RETORNO ECONÔMICO;
✓ MAIOR DESCONTO.

BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

✎ NÃO SÃO COMUNS;
✎ NÃO PODEM SER DEFINIDOS OBJETIVAMENTE;
✎ POSSUEM "ALTA HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE".

CONCEITO DE OBRAS

✎ SÃO PRIVATIVAS DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO;
✎ INOVAM O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA;
✎ ACARRETAM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO IMÓVEL.

CONCEITO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

✎ DESTINADOS A OBTER DETERMINADA UTILIDADE,
INTELLECTUAL OU MATERIAL;
✎ SERVIÇOS PRIVATIVOS DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO
E ENGENHEIRO OU DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;
✎ QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE OBRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ RELAÇÃO HIERÁRQUICA

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INEXISTENTE

ATO VÁLIDO

É O ATO PRATICADO COM OBSERVÂNCIA DE
TODOS OS REQUISITOS LEGAIS

COMPETÊNCIA/FINALIDADE/FORMA/MOTIVO E OBJETO

ATO ANULÁVEL

É O ATO QUE APRESENTA VÍCIO **SANÁVEL**

PODE SER
CONVALIDADO

DESDE QUE NÃO CAUSE PREJUÍZO
AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NEM
CAUSE DANO A TERCEIROS

ATO NULO

É O ATO QUE APRESENTA VÍCIO **INSANÁVEL**

NÃO É POSSÍVEL QUE SEJA CORRIGIDO, DEVENDO
SER ANULADO PELA ADM. OU PELO JUDICIÁRIO

ATO INEXISTENTE

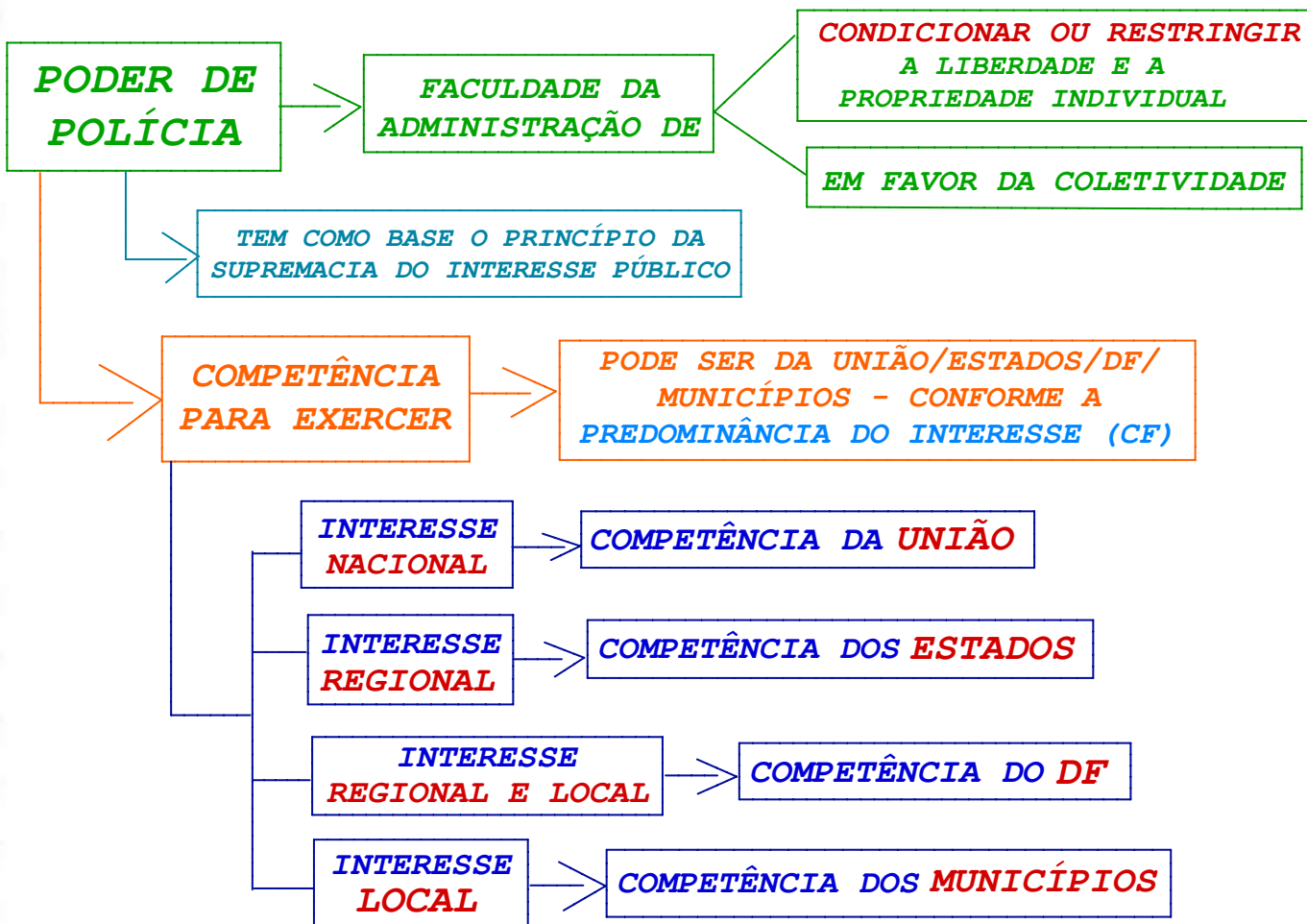
É O ATO QUE APARENTA SER UMA MANIFESTAÇÃO
DE VONTADE DA ADMINISTRAÇÃO

PORÉM, NÃO CHEGA A SE APERFEIÇOAR
COMO ATO ADMINISTRATIVO (EX: ATO DO
USURPADOR DE FUNÇÃO PÚBLICA)

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - AGENTES PÚBLICOS

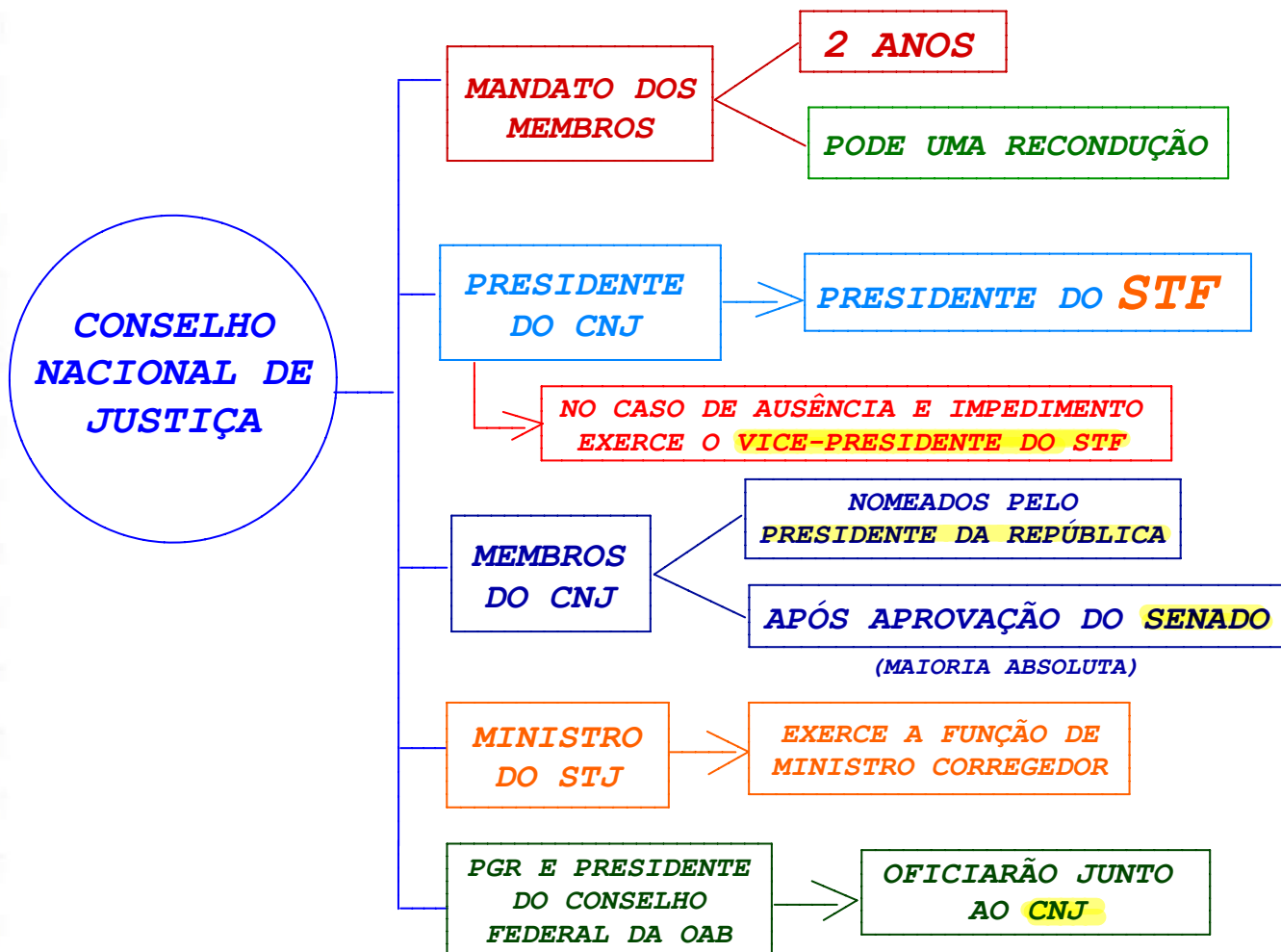
CARGO X EMPREGO X FUNÇÃO

CARGO	EMPREGO	FUNÇÕES
☞ OCUPADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS ☞ SUBMETEM-SE AO REGIME ESTATUTÁRIO (SEU VÍNCULO DECORRE DE LEI) ☞ SÃO CRIADOS POR LEI ☞ DIVIDEM-SE EM CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO ☞ EFETIVOS: DEPENDE DE CONCURSO ☞ TEM DIREITO A ESTABILIDADE (OS DO CARGO EFETIVO - CUMPRIDO OS REQUISITOS) ☞ EM COMISSÃO: LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	☞ OCUPADOS POR EMPREGADOS PÚBLICOS ☞ SUBMETEM-SE AO REGIME DA CLT (NATUREZA CONTRATUAL) ☞ SÃO CRIADOS POR LEI ☞ INGRESSO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO ☞ EM REGRA, ENCONTRAM-SE NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	☞ NÃO PRECISAM DE CONCURSO PÚBLICO ☞ DIVIDEM-SE EM 2 TIPOS: TEMPORÁRIA E DE CONFIANÇA ☞ FUNÇÃO TEMPORÁRIA: ◆ EXERCIDA POR SERVIDORES TEMPORÁRIOS ◆ CASO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO ◆ NÃO OCUPAM CARGO OU EMPREGO ◆ EX: MÉDICO CONTRATADO PARA AUXILIAR UM SURTO DE UMA DOENÇA ☞ FUNÇÃO DE CONFIANÇA: ◆ EXCLUSIVO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO ◆ ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO ◆ EX: ASSESSOR DE JUIZ

DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

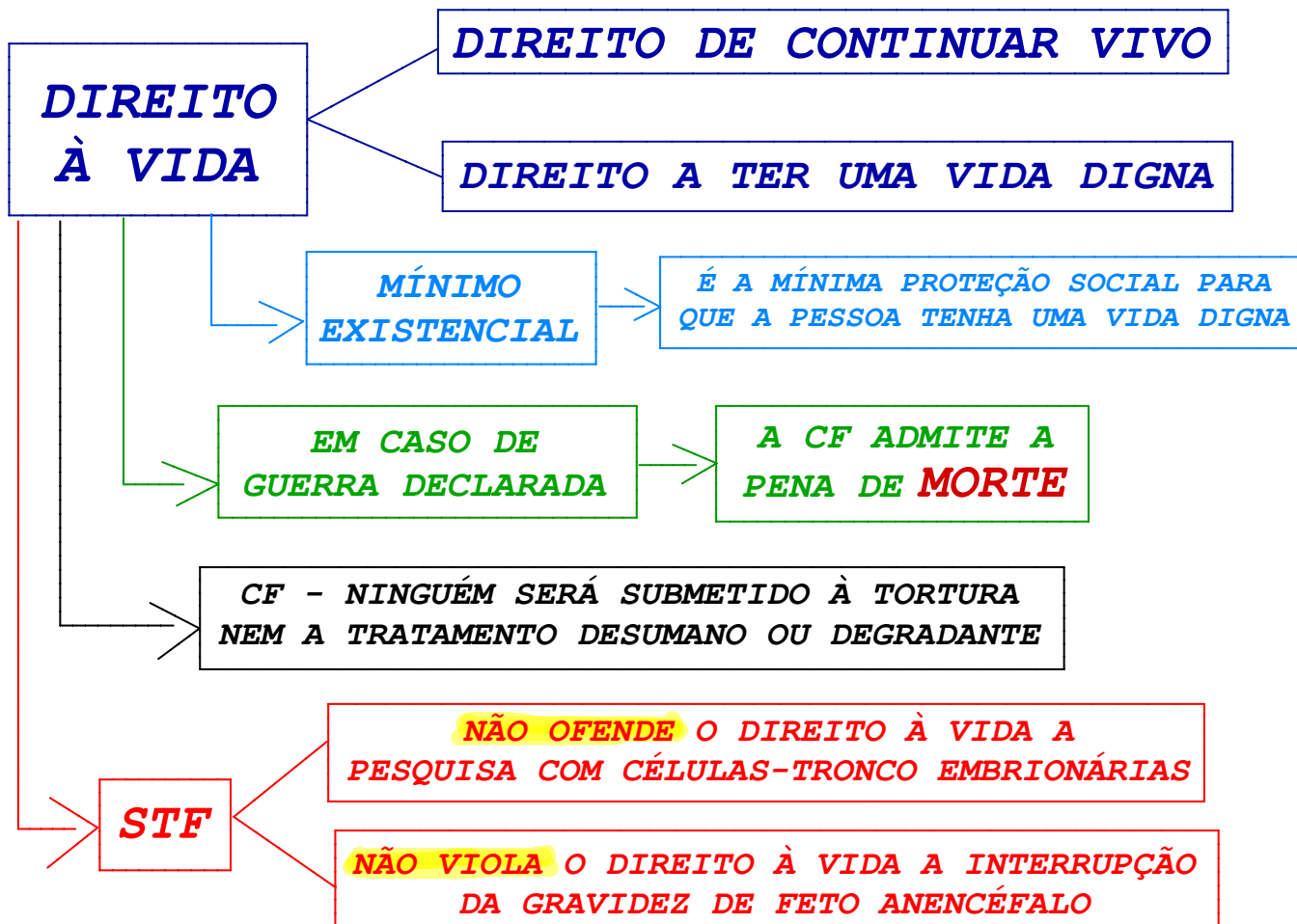
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

👉 SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

✓ OS MEMBROS DO
CONSELHO ORIUNDOS DO
MP SERÃO INDICADOS
PELOS RESPECTIVOS **MPs**

COMPOSIÇÃO DO CNMP

 **PRESIDENTE DO
CONSELHO FEDERAL
DA OAB**

OFICIARÁ JUNTO
AO CNMP

COMPOSTO POR **14 MEMBROS**

**PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA (PGR)**

PRESIDE O
CONSELHO

4 MEMBROS MPU

UM DE CADA
CARREIRA

3 MEMBROS MPEs

2 JUÍZES 

1 INDICADO PELO STF

1 INDICADO PELO STJ

2 ADVOGADOS

INDICADOS PELO
CONSELHO FEDERAL DA OAB

2 CIDADÃOS

1 INDICADO PELA CÂMARA

1 INDICADO PELO SENADO

(NOTÁVEL SABER JURÍDICO E
REPUTAÇÃO ILIBADA)

DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

DIREITO CIVIL

PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

SERÃO
REGISTRADOS
EM REGISTRO
PÚBLICO

OS NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS

A EMANCIPAÇÃO POR OUTORGA DOS PAIS
OU POR SENTENÇA DO JUIZ

A INTERDIÇÃO POR INCAPACIDADE
ABSOLUTA OU RELATIVA

A SENTENÇA DECLARATÓRIA DE AUSÊNCIA
E DE MORTE PRESUMIDA

FAR-SE-Á
AVERBAÇÃO
EM REGISTRO
PÚBLICO

DAS SENTENÇAS QUE DECRETAREM A
NULIDADE OU ANULAÇÃO DO CASAMENTO, O
DIVÓRCIO, A SEPARAÇÃO JUDICIAL E O
REESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE CONJUGAL

DOS ATOS JUDICIAIS OU EXTRAJUDICIAIS QUE
DECLARAREM OU RECONHECEREM A FILIAÇÃO

DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

OBRIGAM A PESSOA JURÍDICA OS ATOS DOS ADMINISTRADORES

EXERCIDOS NOS LIMITES DE SEUS PODERES DEFINIDOS NO ATO CONSTITUTIVO

SE A PESSOA JURÍDICA TIVER ADMINISTRAÇÃO COLETIVA

AS DECISÕES SE TOMARÃO PELA MAIORIA DE VOTOS DOS PRESENTES

SALVO SE O ATO CONSTITUTIVO DISPUSER DE MODO DIVERSO

DECAI EM 3 ANOS O DIREITO DE ANULAR AS DECISÕES A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO, QUANDO VIOLAREM A LEI OU ESTATUTO, OU FOREM EIVADAS DE ERRO, DOLO, SIMULAÇÃO OU FRAUDE.

SE A ADMINISTRAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA VIER A FALTAR

O JUIZ, A REQUERIMENTO DE QUALQUER INTERESSADO, NOMEAR-LHE-Á ADMINISTRADOR PROVISÓRIO

A PESSOA JURÍDICA NÃO SE CONFUNDE

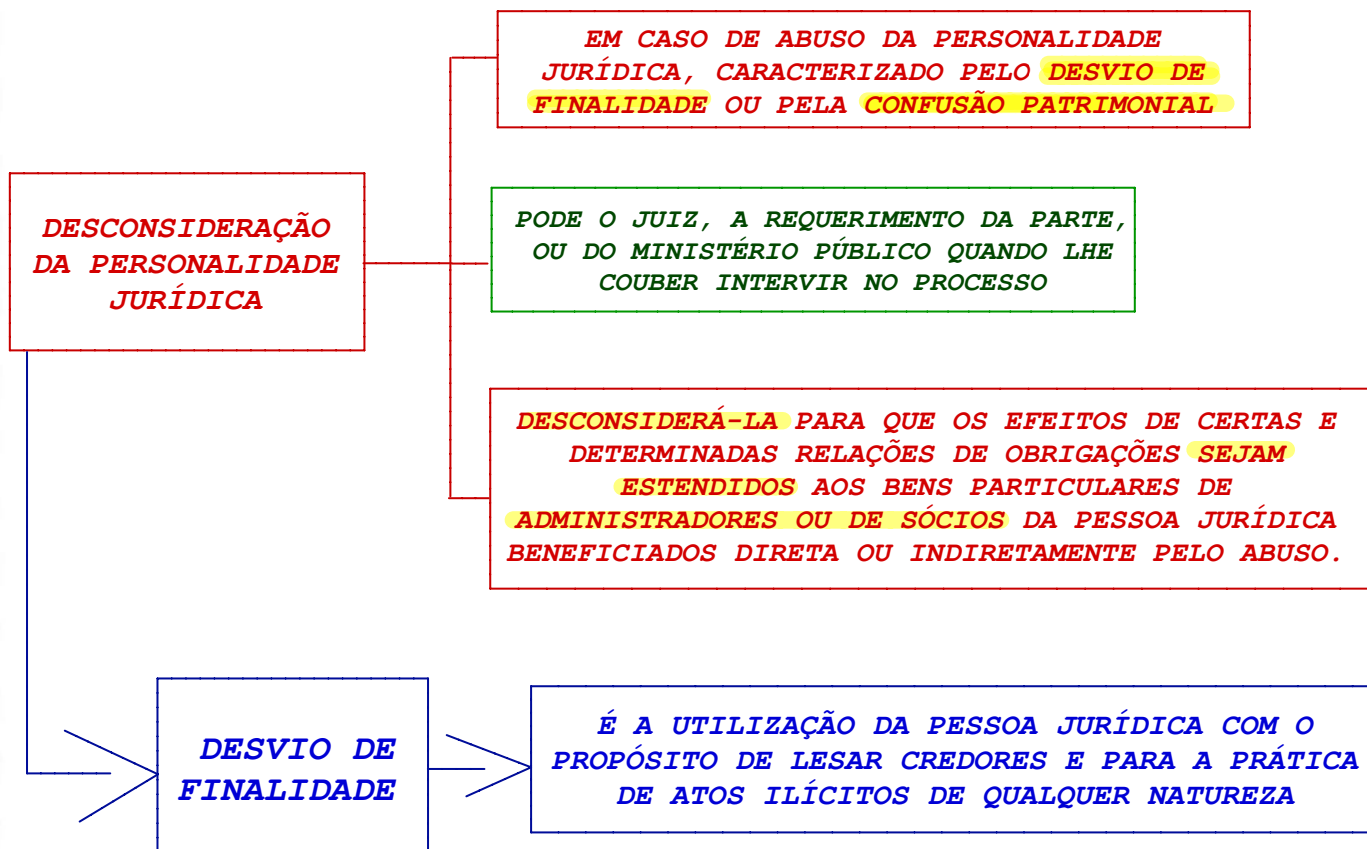
COM OS SEUS SÓCIOS, ASSOCIADOS, INSTITUIDORES OU ADMINISTRADORES

A AUTONOMIA PATRIMONIAL DAS PESSOAS JURÍDICAS É UM INSTRUMENTO LÍCITO DE ALOCAÇÃO E SEGREGAÇÃO DE RISCOS, ESTABELECIDO PELA LEI COM A FINALIDADE DE ESTIMULAR EMPREENDIMENTOS, PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS, TRIBUTO, RENDA E INOVAÇÃO EM BENEFÍCIO DE TODOS

DIREITO CIVIL **PESSOAS JURÍDICAS**

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA



DIREITO CIVIL

NEGÓCIO JURÍDICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

A VALIDADE DO
NEGÓCIO
JURÍDICO REQUER

AGENTE CAPAZ

OBJETO LÍCITO, POSSÍVEL,
DETERMINADO OU DETERMINÁVEL

FORMA PRESCRITA OU NÃO DEFESA EM LEI

A INCAPACIDADE
RELATIVA DE UMA
DAS PARTES

NÃO PODE SER INVOCADA PELA OUTRA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO,
NEM APROVEITA AOS CO-INTERESSADOS CAPAZES

SALVO SE, NESTE CASO, FOR INDIVISÍVEL O
OBJETO DO DIREITO OU DA OBRIGAÇÃO COMUM

A IMPOSSIBILIDADE INICIAL
DO OBJETO NÃO INVALIDA O
NEGÓCIO JURÍDICO

SE FOR RELATIVA, OU SE CESSAR ANTES DE REALIZADA
A CONDIÇÃO A QUE ELE ESTIVER SUBORDINADO

A VALIDADE DA DECLARAÇÃO
DE VONTADE NÃO DEPENDERÁ
DE FORMA ESPECIAL

SENÃO QUANDO A LEI
EXPRESSAMENTE A EXIGIR.

DIREITO PENAL

DICA - PRINCÍPIOS

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO

ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO
DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

EM REGRA: CABE AO ACUSADOR O ÔNUS
DE PROVAR AS ALEGAÇÕES FEITAS

AGENTE TEM QUE SER TRATADO COMO INOCENTE DENTRO DO PROCESSO
(DIMENSÃO INTERNA) E FORA DO PROCESSO (DIMENSÃO EXTERNA)

IMPORTANTE



NÃO É MAIS PERMITIDA A PRISÃO
EM SEGUNDA INSTÂNCIA

SEGUNDO O STF, ESSE TIPO DE PRISÃO VIOLA
O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

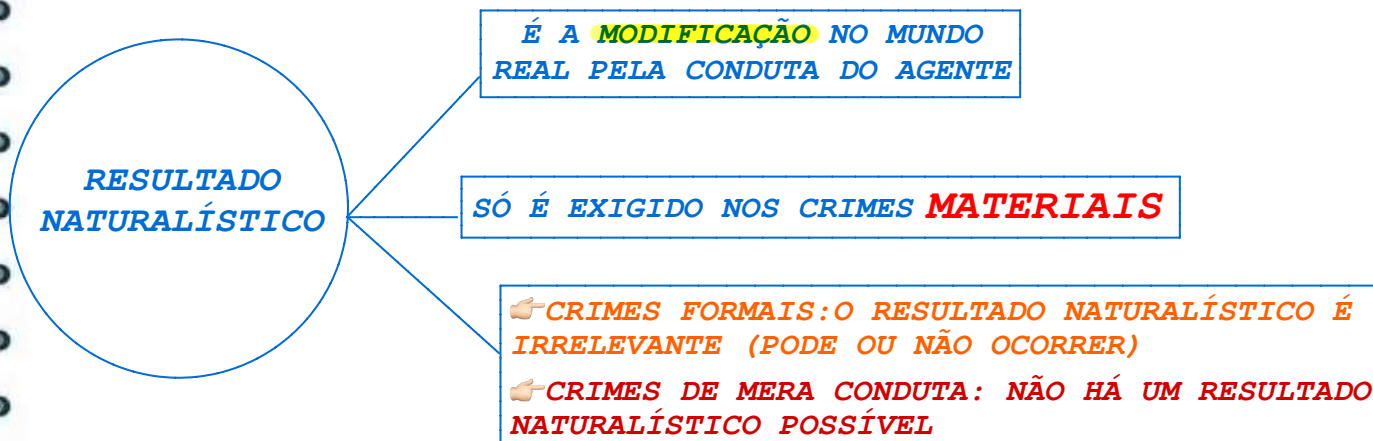
PRISÕES PROVISÓRIAS NÃO VIOLAM ESSE PRINCÍPIO

É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE INQUÉRITOS POLÍCIAS E AÇÕES
PENAIAS PARA AGRAVAR A PENA-BASE (SÚMULA 444 STJ)

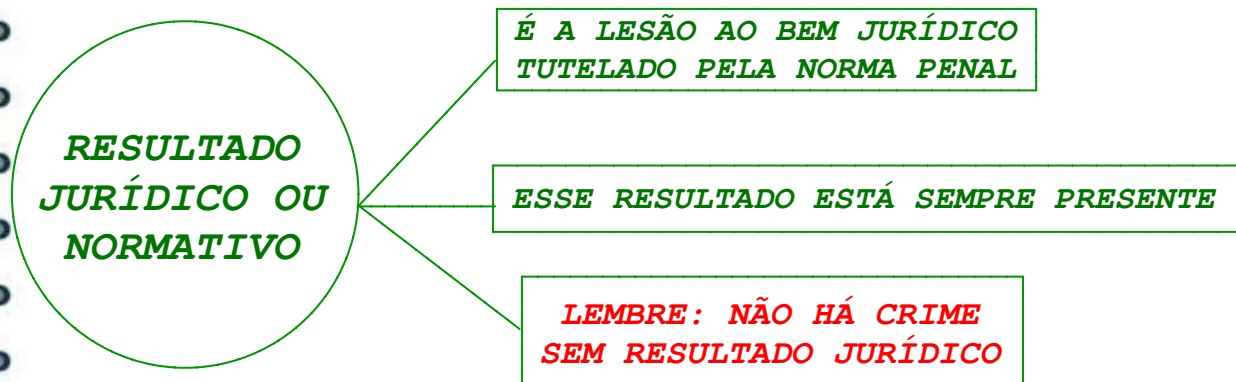
DIREITO PENAL

TEORIA DO CRIME

RESULTADO NATURALÍSTICO



RESULTADO JURÍDICO OU NORMATIVO



DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

FURTO

FURTO

SUBTRAIR, PARA SI OU PARA OUTREM,
COISA ALHEIA MÓVEL

A PENA
AUMENTA-SE
DE 1/3

SE O CRIME É PRATICADO DURANTE
O REPOUSO NOTURNO

FURTO
DE USO

NÃO É CRIME (FATO ATÍPICO)

FURTO PRIVILEGIADO

SE O CRIMINOSO É PRIMÁRIO E É DE PEQUENO VALOR
A COISA FURTADA, O JUIZ PODE:

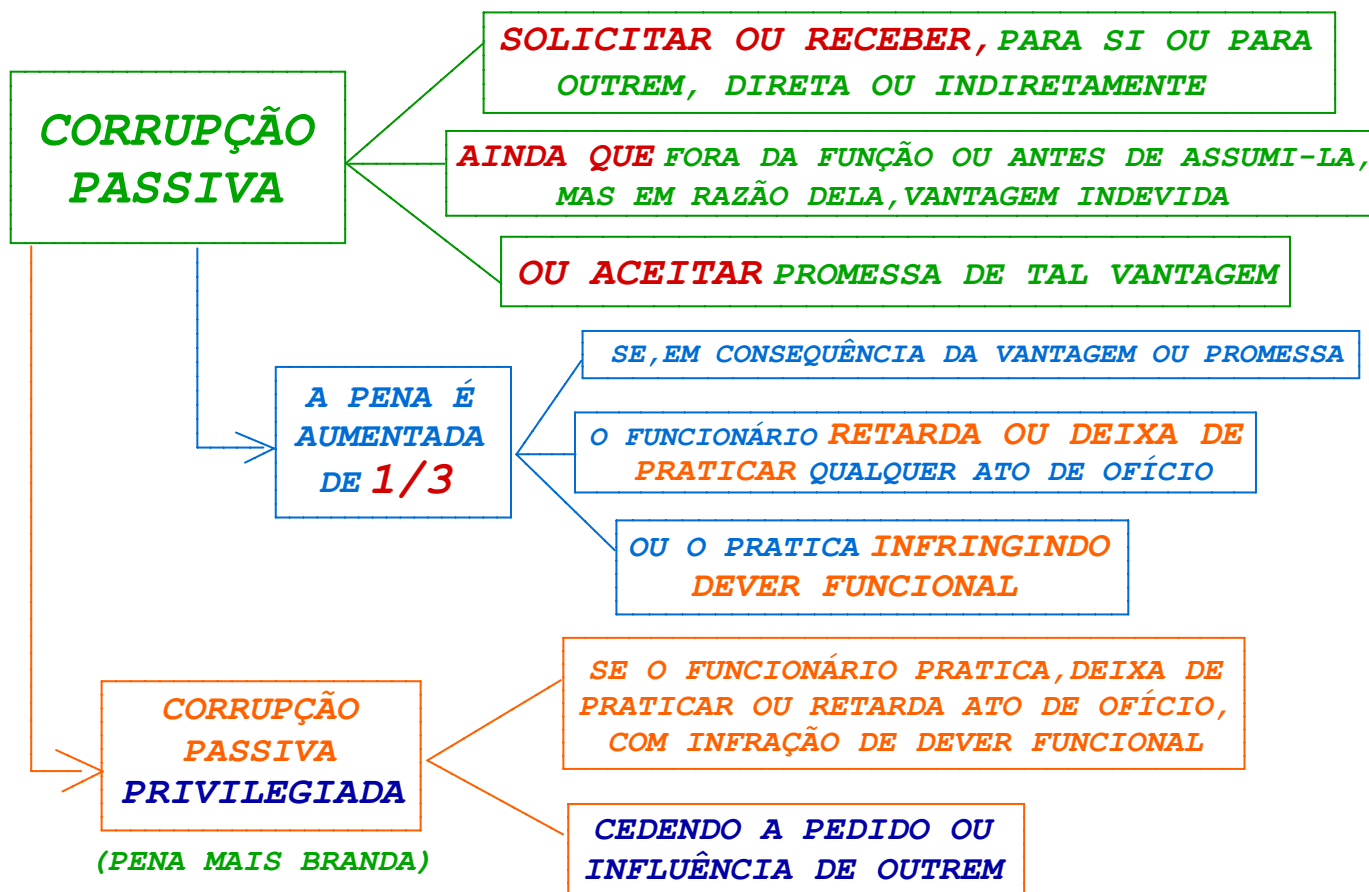
- 👉 SUBSTITUIR A PENA DE RECLUSÃO PELA DE DETENÇÃO
- 👉 DIMINUI-LA DE 1/3 A 2/3
- 👉 APLICAR SOMENTE A PENA DE MULTA

NÃO É PUNIDO NA FORMA CULPOSA

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CORRUPÇÃO PASSIVA



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

CARACTERÍSTICAS

ESCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

INDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

INQUISITIVO

NÃO HÁ CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

DISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL
PODE SER REALIZADA SEM ELE

DISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

OFICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

SIGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

OFICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - INQUÉRITO POLICIAL

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

* (EM DIAS) *	INVESTIGADO PRESO	INVESTIGADO SOLTO
REGRA GERAL	10	30
INQUÉRITO POLICIAL FEDERAL	15 + 15	30
LEI DE DROGAS	30 + 30	90 + 90
CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR	10	10

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - AÇÃO PENAL

FORMAS DE DISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL PRIVADA

RENÚNCIA

ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO

PODE SER EXPRESSA OU TÁCITA

STJ - NA TÁCITA: QUANDO NÃO OCORRER A INCLUSÃO DE ALGUM INFRATOR, ESSA OMISSÃO TEM QUE SER VOLUNTÁRIA

INDIVISIBILIDADE

OFERECIDA A UM DOS INFRATORES A TODOS SE ESTENDE

ATO UNILATERAL

NÃO DEPENDE DE ACEITAÇÃO PELOS INFRATORES

PERDÃO

DEPOIS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO

PODE SER EXPRESSA OU TÁCITA

PROCESSUAL OU EXTRAPROCESSUAL

INDIVISIBILIDADE

OFERECIDA A UM DOS INFRATORES A TODOS SE ESTENDE

SALVO RECUSA

NO PRAZO DE 3 DIAS

SILÊNCIO: IMPORTA ACEITAÇÃO

PODE SER ACEITO POR PROCURADOR COM PODERES ESPECIAIS

ATO BILATERAL

DEPENDE DE ACEITAÇÃO PELOS INFRATORES

CASO ALGUÉM NÃO ACEITE

NÃO PREJUDICA OS OUTROS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO PREVENTIVA

HIPÓTESES DE CABIMENTO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

O PROCESSO COMEÇA
POR INICIATIVA
DA PARTE

E SE DESENVOLVE POR IMPULSO OFICIAL

SALVO AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI

☞ NÃO SE EXCLUIRÁ DA APRECIÇÃO JURISDICIONAL AMEAÇA OU LESÃO A DIREITO

➤ É PERMITIDA A ARBITRAGEM, NA FORMA DA LEI

➤ O ESTADO PROMOVERÁ, SEMPRE QUE POSSÍVEL, A
SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS

➤ A CONCILIAÇÃO, A MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO
CONSENSUAL DE CONFLITOS DEVERÃO SER ESTIMULADOS POR JUÍZES,
ADVOGADOS, DEFENSORES PÚBLICOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO, INCLUSIVE NO CURSO DO PROCESSO JUDICIAL

AS PARTES TÊM O DIREITO DE
OBTER EM PRAZO RAZOÁVEL A
SOLUÇÃO INTEGRAL DO MÉRITO

➤ INCLUÍDA A ATIVIDADE
SATISFATIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

FUNÇÃO JURISDICIONAL

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

PARA POSTULAR EM JUÍZO
É NECESSÁRIO TER

INTERESSE E LEGITIMIDADE

NINGUÉM PODERÁ
PLEITEAR DIREITO
ALHEIO EM NOME PRÓPRIO

SALVO QUANDO AUTORIZADO
PELO ORDENAMENTO JURÍDICO

HAVENDO SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, O SUBSTITUÍDO
PODERÁ INTERVIR COMO ASSISTENTE LITISCONSORCIAL

O INTERESSE DO AUTOR
PODE LIMITAR-SE À
DECLARAÇÃO

DA EXISTÊNCIA, DA INEXISTÊNCIA OU DO
MODO DE SER DE UMA RELAÇÃO JURÍDICA

DA AUTENTICIDADE OU DA
FALSIDADE DE DOCUMENTO

É ADMISSÍVEL A
AÇÃO MERAMENTE
DECLARATÓRIA

AINDA QUE TENHA OCORRIDO
A VIOLAÇÃO DO DIREITO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA

DÁ-SE A CONTINÊNCIA
ENTRE 2 OU MAIS AÇÕES

QUANDO HOUVER IDENTIDADE QUANTO
ÀS PARTES E À CAUSA DE PEDIR

MAS O PEDIDO DE UMA, POR SER MAIS
AMPLO, ABRANGE O DAS DEMAIS

QUANDO HOUVER
CONTINÊNCIA E A AÇÃO
CONTINENTE TIVER SIDO
PROPOSTA ANTERIORMENTE

NO PROCESSO RELATIVO À AÇÃO CONTIDA SERÁ
PROFERIDA SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

CASO CONTRÁRIO, AS AÇÕES SERÃO
NECESSARIAMENTE REUNIDAS

A REUNIÃO DAS AÇÕES
PROPOSTAS EM SEPARADO

FAR-SE-Á NO JUÍZO PREVENTO, ONDE
SERÃO DECIDIDAS SIMULTANEAMENTE

O REGISTRO OU A DISTRIBUIÇÃO
DA PETIÇÃO INICIAL

TORNA PREVENTO O JUÍZO

SE O IMÓVEL SE ACHAR SITUADO EM
MAIS DE UM ESTADO, COMARCA,
SEÇÃO OU SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA

A COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO
JUÍZO PREVENTO ESTENDER-SE-Á
SOBRE A TOTALIDADE DO IMÓVEL

A AÇÃO ACESSÓRIA
SERÁ PROPOSTA

NO JUÍZO COMPETENTE PARA A AÇÃO PRINCIPAL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

INCOMPETÊNCIA

A INCOMPETÊNCIA,
ABSOLUTA OU RELATIVA

SERÁ ALEGADA COMO QUESTÃO
PRELIMINAR DE CONTESTAÇÃO

A INCOMPETÊNCIA
ABSOLUTA

PODE SER ALEGADA EM QUALQUER TEMPO E GRAU DE
JURISDIÇÃO E DEVE SER DECLARADA DE OFÍCIO

APÓS MANIFESTAÇÃO
DA PARTE CONTRÁRIA

O JUIZ DECIDIRÁ IMEDIATAMENTE
A ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

CASO A ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA SEJA ACOLHIDA,
OS AUTOS SERÃO REMETIDOS AO JUÍZO COMPETENTE

SALVO DECISÃO
JUDICIAL EM
SENTIDO CONTRÁRIO

CONSERVAR-SE-ÃO OS EFEITOS DE DECISÃO PROFERIDA
PELO JUÍZO INCOMPETENTE ATÉ QUE OUTRA SEJA
PROFERIDA, SE FOR O CASO, PELO JUÍZO COMPETENTE

PRORROGAR-SE-Á A
COMPETÊNCIA RELATIVA

SE O RÉU NÃO ALEGAR A INCOMPETÊNCIA
EM PRELIMINAR DE CONTESTAÇÃO

A INCOMPETÊNCIA RELATIVA PODE SER ALEGADA PELO
MINISTÉRIO PÚBLICO NAS CAUSAS EM QUE ATUAR

DIREITOS HUMANOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS X DIREITOS FUNDAMENTAIS



DIREITOS HUMANOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DIREITOS HUMANOS

INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (IDC)

IDC

LEGITIMIDADE - PROCURADOR
GERAL DA REPÚBLICA (PGR)

QUANDO CONSTATADA GRAVE VIOLAÇÃO DE
DIREITOS HUMANOS (NÃO É QUALQUER
VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS)

PGR SUSCITA IDC PARA QUE O PROCESSO QUE TRAMITE
NA JUSTIÇA ESTADUAL OU NA JUSTIÇA ESPECIAL SEJA
ENCAMINHADO À JUSTIÇA **FEDERAL**

ESSE INCIDENTE É DIRECIONADO AO **STJ**
(NÃO É STF, CUIDADO!)

ESSE DESLOCAMENTO PODE OCORRER NO
INQUÉRITO OU NA FASE PROCESSUAL

IMPREScindível A DEMONSTRAÇÃO DE QUE AS
INSTÂNCIAS LOCAIS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA DAR
RESPOSTAS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

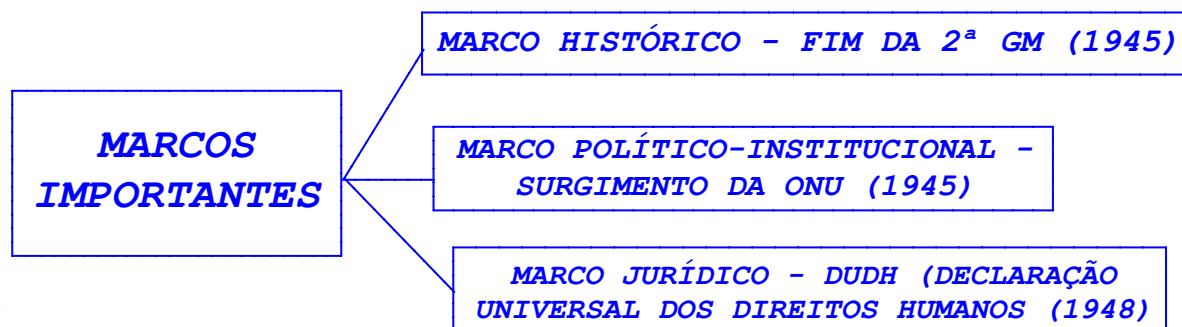
TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR O CUMPRIMENTO E
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL SEJA PARTE

FOI INCLUÍDO NA CF PELA EC 45/2004

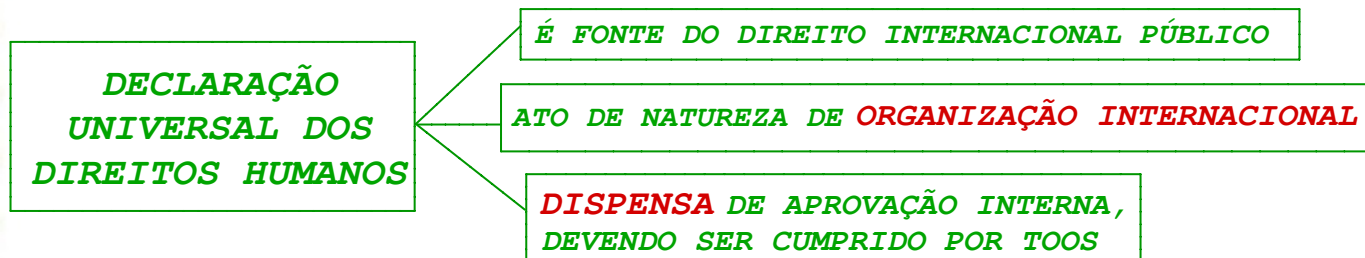
DIREITOS HUMANOS

AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA)



ÉTICA

ÉTICA E MORAL

PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

PRINCÍPIOS	✓ SÃO MANDAMENTOS UNIVERSAIS, COMUNS A TODOS OS INDIVÍDUOS E GRUPOS. ✓ OS PRINCÍPIOS SÃO JUÍZOS ABSTRATOS DE VALOR QUE ORIENTAM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS REGRAS.
VALORES	✓ SÃO NORMAS OU PADRÕES SOCIAIS GERALMENTE ACEITOS POR DETERMINADO INDIVÍDUO OU SOCIEDADE, OU SEJA, DEPENDEM DO CONTEXTO CULTURAL NO QUAIS ESTÃO INSERIDOS. ✓ OS VALORES SÃO PESSOAIS, SUBJETIVOS E RELATIVOS. EXEMPLO DE VALORES: HONESTIDADE E ALTRUISMO.
VIRTUDES	✓ SÃO DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO ESPÍRITO, AS QUAIS, POR UM ESFORÇO DA VONTADE, INCLINAM À PRÁTICA DO BEM. ☞ ARISTÓTELES AFIRMA QUE HÁ DUAS ESPÉCIES DE VIRTUDES: A INTELLECTUAL E A MORAL. ✓ A INTELLECTUAL É ADQUIRIDA POR MEIO DO ENSINO, A QUAL NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E TEMPO. ✓ A MORAL É ADQUIRIDA COMO RESULTADO DO HÁBITO, QUE DETERMINA NOSSO COMPORTAMENTO COMO BOM OU RUIM.

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	PREJUÍZO AO ERÁRIO	VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS
RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)		
PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE	PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE (SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)	×
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	×
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS	×
MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 14 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 4 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

GRUPOS E TRABALHO EM EQUIPE

EQUIPES DE TRABALHO

EQUIPES DE TRABALHO

CONJUNTO DE DOIS OU MAIS INDIVÍDUOS CUJOS ESFORÇOS
SE ORIENTAM PARA ATINGIR UM OBJETIVO COMUM

A COORDENAÇÃO DE ESFORÇOS DOS MEMBROS DA EQUIPE GERA UMA
SINERGIA POSITIVA, UM RESULTADO MAIOR QUE SE ENERGIAS
INDIVIDUAIS FOSSEM MERAMENTE SOMADAS COMO OCORRE NOS GRUPOS,
POIS ESTES BUSCAM RESULTADOS INDIVIDUAIS.

EM QUE PESE GRUPO E EQUIPE SEREM CONCEITOS
DIFERENTES, ALGUMAS BANCAS OS TRATAM COMO SINÔNIMOS.
ENTÃO, ATENTE-SE AO ENUNCIADO DA QUESTÃO!

EQUIPES SÃO MAIS FLEXÍVEIS E SE
ADAPTAM MELHOR A AMBIENTES DINÂMICOS

TRABALHOS EM EQUIPES DEMANDAM MAIS TEMPO E RECURSOS

A ESCOLHA ENTRE GRUPO DE TRABALHO E EQUIPE DE TRABALHO
DEPENDERÁ DE QUE TIPO DE TAREFA SERÁ PRODUZIDA.

INFORMÁTICA

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

CONCEITO

➡ A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO É CARACTERIZADA, BASICAMENTE, PELO FORNECIMENTO DE TRÊS SERVIÇOS DE SEGURANÇA: A PRESERVAÇÃO DO SIGILO OU DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, A GARANTIA DA INTEGRIDADE DOS DADOS E A MANUTENÇÃO DA DISPONIBILIDADE

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CONFIDENCIALIDADE	NÃO PERMITE QUE INFORMAÇÕES ESTEJAM DISPONÍVEIS OU SEJAM REVELADAS A PESSOAS/ENTIDADES NÃO AUTORIZADAS
INTEGRIDADE	GARANTE QUE A INFORMAÇÃO MANIPULADA ESTÁ CORRETA, FIDEDIGNA E QUE NÃO FOI CORROMPIDA. VISA GARANTIR A EXATIDÃO DA INFORMAÇÃO
DISPONIBILIDADE	GARANTE QUE A INFORMAÇÃO ESTEJA ACESSÍVEL E UTILIZÁVEL QUANDO DEMANDADA POR UMA PESSOA AUTORIZADA

OUTROS PRINCÍPIOS IMPORTANTES

AUTENTICIDADE	GARANTE QUE AQUELE QUEM ENVIA A MENSAGEM É DE FATO QUEM ALEGAR SER (GARANTE A IDENTIDADE)
IRRETRATABILIDADE	TAMBÉM CHAMADA DE NÃO-REPÚDIO OU IRREFUTABILIDADE GARANTE QUE O EMISSOR DA MENSAGEM OU PARTICIPANTE DE UM PROCESSO NÃO NEGUE SUA AUTORIA POSTERIORMENTE

INFORMÁTICA

WINDOWS

JANELAS

**BARRA DE
TÍTULOS**

FAIXA DE OPÇÕES

**BOTÕES DE
NAVEGAÇÃO**

**CAIXA DE
PESQUISA**

**BARRA DE
ENDEREÇOS**

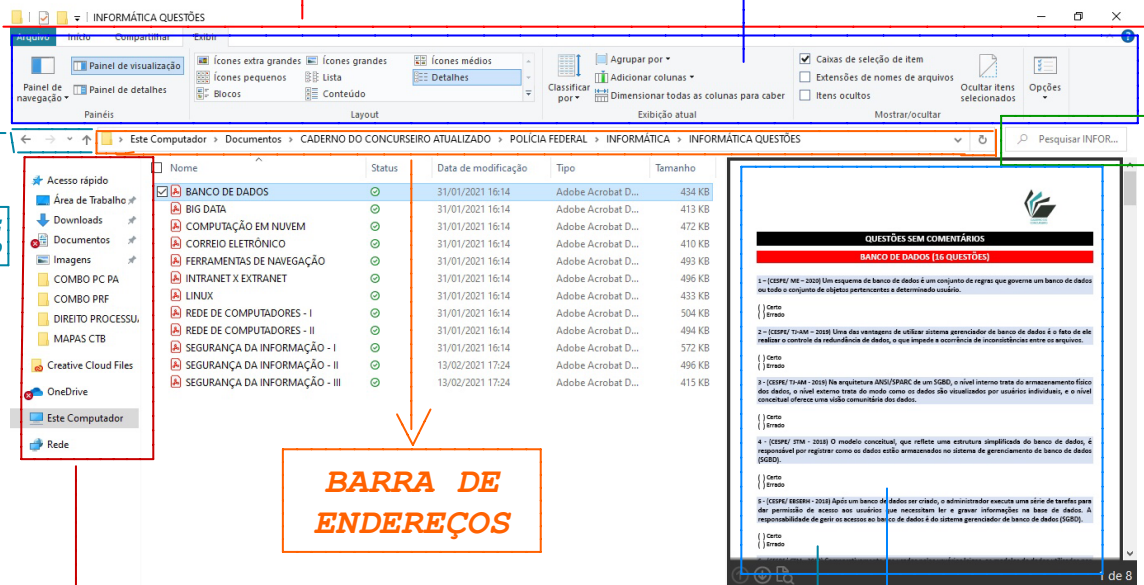
**ALTERNAR ENTRE
JANELAS**

**PAINEL DE
NAVEGAÇÃO**

**PAINEL DE
VISUALIZAÇÃO**

**PAINEL DE
DETALHES**

ALT + TAB	COM CAIXA DE DIÁLOGO
ALT + ESC	SEM CAIXA DE DIÁLOGO



INFORMÁTICA

INTERNET x EXTRANET x INTRANET

INTERNET

ALGUMAS DEFINIÇÕES:

- ✓ SISTEMA GLOBAL DE REDES DE COMPUTADORES INTERLIGADAS QUE UTILIZAM UM CONJUNTO PRÓPRIO DE PROTOCOLOS COM O PROPÓSITO DE SERVIR PROGRESSIVAMENTE USUÁRIOS DO MUNDO INTEIRO
- ✓ CONJUNTO DE SEGMENTOS DE REDES PÚBLICAS POR TODO O GLOBO TERRESTRE CONECTADOS POR BACKBONES E ROTEADORES
- ✓ REDE DE COMPUTADORES DISPERSOS POR TODO O PLANETA QUE TROCAM DADOS E MENSAGENS UTILIZANDO PROTOCOLOS EM COMUM PARA UNIR USUÁRIOS, ENTIDADES, ÓRGÃOS, INSTITUTOS E ETC.



PONTOS IMPORTANTES



- ◆ TRATA-SE DE COMUNICAÇÃO ENTRE REDES
- ◆ TRATA-SE DE UMA REDE DISTRIBUÍDA E CONECTADA
- ◆ CAPAZ DE TROCAR INFORMAÇÕES POR MEIO DE PROTOCOLOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO
- ◆ É UMA REDE PÚBLICA (NÃO SIGNIFICA QUE É GRATUITA)

É CLASSIFICADA
COMO UMA
WAN
(DIMENSÃO GLOBAL)



SERVIÇOS ONLINE QUE PRECISAM DA INTERNET

- ✓ WEB (WWW)
- ✓ REDES SOCIAIS
- ✓ CORREIO ELETRÔNICO
- ✓ ENTRE OUTROS